



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2025
(LEI Nº 14.133/21)

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITABERABA, ESTADO DA BAHIA, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com os Decretos Legislativos n.º CMI/BA 091/2023 e 039/2024; e legislações pertinentes, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE, torna público aos interessados que pretende realizar a Contratação de empresa para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, CIRCULAÇÃO E OUTROS, NA FORMA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, podendo eventuais interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que será selecionada a proposta mais vantajosa.

Data Limite para a apresentação da proposta de preços: 23 de setembro de 2025 (segunda-feira), às 14h00min (quatorze horas) do dia fixado como limite para recepção de propostas por meio presencial, e até às 00h00min, do mesmo dia, para envio por meio eletrônico, sem qualquer possibilidade de prorrogação

A proposta de preços deverá ser entregue na Câmara Municipal de Itaberaba, localizada na Praça J. J. Seabra n.º 373 – Centro – CEP 46.880-000 - Itaberaba -BA, no período das 08h às 14h, em dias úteis ou pelo e-mail: - cditaberaba@outlook.com, até a data e horário limites. Maiores informações poderão ser obtidas a partir do telefone: (75) 3251-2395/0002.

O Termo de Referência da respectiva Dispensa de Licitação estará disponível no site oficial do Poder Legislativo Municipal de Itaberaba <https://assistechpublicacoes.com.br/calendario-2025-Itaberaba> ou por intermédio do e-mail acima indicado.

Itaberaba – Bahia, 17 de setembro de 2025

MIRIAM OLIVEIRA MOREIRA
Presidente da CC-CMI/BA
Matrícula CMI/BA n.º 13.267.023

ADAILMA GUERRA SILVA
Membro da CC-CMI/BA
Matrícula n.º CMI/BA 13.267.008

RAIMUNDO BRITO S. BARBOSA
Membro da CC-CMI/BA
Matrícula CMI/BA n.º 13.267.025

JOACIR ROSA SANTOS
Membro da CC-CMI/BA
Matrícula n.º CMI/BA 13.267.005



TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21 COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA Processo Administrativo nº. 043/2025

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, CIRCULAÇÃO E OUTROS, NA FORMA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE I – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

IT	ESPECIFICAÇÃO	UF	QT	V. UNIT	V. TOT
1	NOTEBOOK tela de 15'6, Processador: Intel Core i5-1235U 10 Cores / 12 Threads. Processador (Clock): 1.3GHz (4.4GHz Max Turbo). Sistema Operacional: Windows 11. Placa Gráfica: Placa de Vídeo Intel Iris Xe configurada como Intel UHD Graphics. Câmera: HD-720p com Privacidade. Memória: 8GB soldado DDR4-3200 3200MHz. Armazenamento: SSD 512GB. Bateria: 3 células 42Wh. Adaptador Ac: 65W. Áudio: Alto-falantes com certificação Dolby Áudio (2 x 1.5W). Portas De Entrada/Saída: 1x USB (3.2) Gen 1. 1x USB (2.0). 1x USB tipo C (3.2 Gen1). 1x Hdmi (1.4b). 1x Áudio (porta combo para headset/headphone). Leitor de Cartões 4 em 1 (SD, SDHC, SDXC, MMC). Wlan: WiFi 2x2 AC. Bluetooth 5.0- Garantia de 1 ano pelo fabricante.	2	UN	5.369,40	10.738,80
2	NOTEBOOK tela de 15'6 Processador: Intel Celeron N4500 (2 núcleos, até 2.8 GHz). Memória RAM: 4GB DDR4 (soldada). Armazenamento: 128GB SSD eMMC. Tela: 15.6" LED HD (1366 x 768) antirreflexo. Sistema Operacional: Windows 11 Home. Placa de Vídeo: Integrada Intel UHD Graphics. Bateria: Até 8 horas de autonomia (varia conforme o uso). Conectividade: Wi-Fi 5 (802.11ac). Bluetooth 5.0. Portas e Entradas: 2x USB 3.2. 1x HDMI. 1x P2 (áudio/microfone) - Garantia de 1 ano pelo fabricante.	2	UN	3.442,30	6.884,60
3	NOTEBOOK tela de 15'6 Processador: Intel Core i3-1215U 6 Cores / 8 Threads. Processador (Clock): 1.2GHz (4.4GHz Max Turbo). Sistema Operacional: Windows 11. Placa Gráfica: Intel UHD Graphics. Câmera: HD-720p com Privacidade. Memória: 4GB	1	UN	4.408,75	4.408,75



Câmara Municipal de Itaberaba

CGC 13.267.315/0001-41
ESTADO DA BAHIA

	soldado DDR4-3200 3200MHz. Armazenamento: SSD 256GB. Bateria: 3 células 42Wh. Adaptador Ac: 65W. Áudio: Alto-falantes com certificação Dolby Áudio (2 x 1.5W). Conectividade: Portas De Entrada/Saída: 1x USB (3.2) Gen 1. 1x USB (2.0). 1x USB tipo C (3.2 Gen1). 1x Hdmi (1.4b). 1x Áudio (porta combo para headset/headphone). Leitor de Cartões 4 em 1 (SD, SDHC, SDXC, MMC). Wlan: - WiFi 2x2 AC. - Bluetooth 5.0- Garantia de 1 ano pelo fabricante.				
4	TABLET com memória interna de 64GB, expansível por meio de cartão Micro SD de até 1TB. Equipado com memória RAM de 4GB e processador Octa-core MediaTek Hélio G99, operando com sistema Android 13.0. Possui tela imersiva TFT de 8,7 polegadas, resolução WXGA+ (800x1370) e frequência de 60Hz. Dispõe de câmera traseira de 8MP, abertura f/2.0, com gravação em resolução Full HD (1920x1080) a 30fps, e câmera frontal de 2MP, abertura f/2.0. Conta com alto-falantes duplos estéreo. Conectividade Wi-Fi VHT80, Bluetooth e conexão USB-C 2.0. Inclui sistema de localização GPS. Bateria com capacidade de 5.100mAh e suporte a carregamento rápido de 15W. Aparelho dotado dos seguintes sensores: acelerômetro, giroscópio, geomagnético, Hall e luz RGB. Garantia de 1 ano pelo fabricante.	1	UN	2.112,00	2.112,00
TOTAL ESTIMADO DO LOTE I					24.144,15

LOTE II – EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONDICIONAMENTO DE AR

IT	ESPECIFICAÇÃO	UF	QT	V. UNIT	V. TOT
4	PURIFICADOR DE ÁGUA Alimentação: 220v. Sistema refrigeração: Compressor. Capacidade do reservatório de água gelada: 2,3 litros de água. Temperatura da água: Natural e gelada. Vazão nominal L/h: 48l/h. Vazão mínima L/h: 30l/h. Troca de filtro: Recomendado a cada 6 meses ou 4mil litros de água. Consumo de Energia: 9,12kWh/mês. Recursos: Sistema de compressão, pingadeira limpa fácil, sete níveis de refrigeração e facilidade na higienização. Ligado na rede de água: Sim. Garantia de 1 ano pelo fabricante	1	UN	995,98	995,98
6	VENTILADOR ; tipo de coluna; cor preta; turbo; oscilante; diâmetro mínimo de 60cm; mínimo de 03 (três) hélices; tensão: 220v – 135wt. Três níveis de velocidade	2	UN	313,46	626,92



TOTAL ESTIMADO DO LOTE I	1.622,90
---------------------------------	-----------------

2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Legislativo nº CMI 091, de 21 de março 2023.
3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de até ____ de _____ de 202__, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 25.767,05 (Vinte e Cinco Mil Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Cinco Centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A necessidade que originou a demanda está fundamentada na necessidade de garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas e técnicas do órgão, promovendo condições operacionais compatíveis com a execução eficiente dos serviços públicos. Foram identificadas demandas relacionadas à modernização e à ampliação da infraestrutura tecnológica, à otimização do ambiente de trabalho e ao atendimento às exigências de conforto e bem-estar dos servidores e usuários.

A análise técnica apontou a necessidade de fornecimento de notebooks com diferentes configurações de desempenho, sendo imprescindíveis tanto para tarefas administrativas quanto para atividades que demandam maior processamento e agilidade, promovendo a digitalização de processos, a mobilidade no trabalho, a atualização tecnológica e o suporte ao desenvolvimento de projetos institucionais. Também foi constatada a necessidade de um tablet com capacidade de armazenamento e conectividade compatíveis com aplicações móveis, possibilitando o registro e acompanhamento ágil de informações em campo ou em reuniões, bem como o acesso a sistemas corporativos e a comunicação institucional eficiente.

Além das demandas de tecnologia, identificou-se a necessidade de equipamento de purificação de água, visando assegurar qualidade e saúde no consumo de água pelos usuários das dependências públicas, contribuindo para um ambiente mais saudável. Da mesma forma, a presença de ventiladores de coluna foi considerado fundamental para proporcionar condições térmicas adequadas no ambiente de trabalho, promovendo bem-estar e conforto térmico em áreas onde não há climatização central, especialmente em períodos de temperaturas elevadas.

Essas demandas estão diretamente relacionadas ao interesse público na medida em que visam contribuir para a prestação de serviços públicos mais eficientes, modernos e seguros, garantindo condições de trabalho adequadas aos servidores, agilidade e eficiência nos trâmites administrativos, bem como a promoção da saúde, do conforto e do bem-estar nas instalações da administração. O atendimento dessas necessidades impacta positivamente não apenas o desempenho institucional, mas também a qualidade do serviço entregue à sociedade.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A solução escolhida para o atendimento das necessidades identificadas consiste na aquisição individualizada dos equipamentos, segmentando a licitação por categoria de itens — notebooks, tablets, purificadores de água e ventiladores de coluna — e privilegiando a participação de fornecedores especializados em cada segmento. Essa abordagem foi definida a partir da análise técnica, legal e de mercado, considerando que as demandas abrangem desde a modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica até melhorias ambientais de conforto e bem-estar, utilizando, para cada demanda, configurações e especificidades próprias e alinhadas às melhores práticas do setor público.

A aquisição individualizada permite que cada tipo de equipamento seja especificado de acordo com suas peculiaridades, aumentando a aderência aos requisitos técnicos e operacionais do órgão. Em relação aos notebooks, a separação por categorias viabiliza a contratação de máquinas com diferentes configurações, adequadas tanto para atividades administrativas quanto para funções que exigem desempenho elevado, como projetos institucionais, digitalização de processos e atualização tecnológica. Isso garante que o parque computacional seja atualizado conforme a demanda específica de cada setor, promovendo eficiência, mobilidade, manutenção da segurança da informação e agilidade nos processos internos. Para os tablets, essa modalidade permite selecionar modelos com capacidade de armazenamento, conectividade e segurança compatíveis com o uso em campo e reuniões institucionais, facilitando o acompanhamento de dados em tempo real e o acesso aos sistemas corporativos.

No que se refere aos equipamentos de infraestrutura física, como os purificadores de água e ventiladores de coluna, a aquisição individualizada possibilita focar em produtos com certificações reconhecidas (INMETRO, ANVISA, ABNT), garantindo qualidade e adequação às normas de saúde, segurança, eficiência energética e sustentabilidade ambiental. Para os purificadores, isso significa assegurar que a água oferecida nas instalações públicas seja tratada de acordo com os melhores padrões, promovendo a saúde dos servidores e usuários e aumentando a confiabilidade dos equipamentos adquiridos. Para os ventiladores, a opção de contratação específica garante a seleção de modelos com desempenho e características técnicas adequadas ao ambiente de trabalho, aprimorando o conforto térmico em áreas não climatizadas, beneficiando o bem-estar e a produtividade.

Adicionalmente, a escolha desta solução favorece práticas sustentáveis, pois cada lote pode ter requisitos personalizados de sustentabilidade ambiental, social e econômica, como eficiência energética, políticas de descarte e reciclagem, critérios de acessibilidade e garantias estendidas, de acordo com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.305/2010, entre outras). A separação dos itens em diferentes lotes amplia a participação do mercado, incentiva o ingresso de fornecedores especialistas no certame, potencializando assim a competitividade e propiciando melhores condições comerciais, tecnológicas e de garantia ao órgão. O controle de qualidade é beneficiado, já que pode ser ajustado conforme as características específicas de cada categoria, resultando em maior conformidade com os padrões técnicos e operacionais estabelecidos, além de facilitar eventuais processos de troca, manutenção e evolução de tecnologia ao longo do tempo.



Desta forma, a aquisição individualizada dos equipamentos atende plenamente à necessidade de dotar o órgão de condições operacionais modernas, seguras e eficientes, promovendo a execução efetiva dos serviços públicos, elevando a qualidade do ambiente de trabalho oferecido aos servidores, aprimorando o atendimento ao público e cumprindo rigorosamente todos os requisitos de legalidade, economicidade e sustentabilidade definidos no Estudo Técnico Preliminar e na legislação pertinente ao processo licitatório.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

Para garantir o atendimento adequado da necessidade especificada, é imprescindível a definição de requisitos que assegurem o pleno funcionamento das atividades administrativas e técnicas do órgão, promovendo condições operacionais compatíveis com a execução eficiente dos serviços públicos, conforme estabelecem o inciso II do §1º do artigo 18 e o inciso VII do artigo 12 da Lei nº 14.133/2021. Inicialmente, quanto à infraestrutura tecnológica, os equipamentos deverão possuir configurações técnicas variadas que permitam o atendimento tanto de demandas administrativas cotidianas quanto de tarefas que exigem maior capacidade de processamento, como desenvolvimento de projetos institucionais e ações de digitalização, mobilidade e atualização tecnológica. Os notebooks requeridos deverão possuir configurações distintas, variando desde modelos direcionados a atividades básicas de escritório, até modelos com desempenho superior, adequados para uso de aplicações mais robustas. Tais configurações devem contemplar, no mínimo, processadores atuais e compatíveis com o mercado, memória suficiente para multitarefas, armazenamento rápido (preferencialmente SSD), conectividade adequada (Wi-Fi, Bluetooth), autonomia de bateria compatível com ao menos um turno de trabalho, sistema operacional nativamente compatível com as soluções utilizadas pelo órgão e garantia do fabricante para suporte e manutenção.

No caso dos tablets, o requisito essencial envolve dispositivos com capacidade de armazenamento condizente com o uso em campo e/ou reuniões, conectividade compatível com redes sem fio (Wi-Fi e, se necessário, conexão móvel), recursos de segurança para proteção de dados e compatibilidade com os aplicativos institucionais. O tablet deverá viabilizar o registro, acompanhamento de informações em tempo real, acesso a sistemas corporativos e facilitar a comunicação institucional a partir de múltiplos ambientes.

Com relação aos equipamentos de purificação de água, estes deverão possuir certificação por órgão competente quanto à eficácia da filtragem e potabilidade da água, atendendo aos normativos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial a Resolução RDC nº 275/2005, além das diretrizes do Ministério da Saúde sobre qualidade da água para consumo humano. Os purificadores devem garantir remoção efetiva de resíduos, partículas, sabor e odor, microrganismos e substâncias indesejadas, dispondo de fácil manutenção e troca de refis, sem demandar adaptações complexas à infraestrutura preexistente. Além disso, devem possuir certificados de eficiência energética quando aplicável.

Para a garantia do conforto térmico, os ventiladores de coluna requisitados deverão ter especificações que contemplem segurança elétrica (atendendo à regulamentação do INMETRO, Portaria nº 371/2009), baixo consumo energético e capacidade de



ventilação adequada para ambientes coletivos, promovendo ampla circulação e renovação do ar. Devem ser silenciosos e permitir ajuste de altura e velocidade, para melhor adequação às características dos ambientes de trabalho.

Em todos os casos, a escolha dos equipamentos deve dar preferência a soluções que contemplem práticas de sustentabilidade em suas três dimensões. Sob o aspecto ambiental, prioriza-se a eficiência energética dos equipamentos, baixo consumo de recursos naturais, facilidade de reciclagem e destinação adequada dos resíduos e componentes ao final da vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). No eixo social, é recomendável avaliar se os fornecedores adotam práticas trabalhistas justas, cumprem normas de acessibilidade (Decreto nº 5.296/2004) e promovem a inclusão, além de assegurar condições de saúde e segurança dos trabalhadores durante todas as etapas da cadeia produtiva. Do ponto de vista econômico, devem ser adotados critérios que promovam o melhor custo-benefício durante o ciclo de vida dos bens, incluindo garantia, assistência técnica e disponibilidade de componentes de reposição, evitando onerosidade futura à administração.

Os requisitos especificados não incluem restrições desnecessárias ou pormenores que possam comprometer a competitividade da futura licitação, de forma a viabilizar ampla participação do mercado. A contratação dos itens deverá estar em conformidade com os normativos aplicáveis a cada categoria, especialmente as normas técnicas da ABNT, regulamentos do INMETRO, normativas específicas do Ministério da Saúde e da ANVISA, assim como orientações de órgãos setoriais para equipamentos de TIC. Dessa forma, garantem-se condições operacionais alinhadas ao interesse público, promovendo eficiência, modernização, saúde e bem-estar, ao mesmo tempo em que se observa a legislação vigente e as boas práticas de gestão sustentável.

5. PRAZO DE ENTREGA DOS BENS.

1. Os bens serão entregues de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante;
2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA – Praça J. J. Seabra n.º 373 – Centro – CEP 46.880-000 – Itaberaba – Bahia;
3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 06 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.
8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a CND Estadual; a CND Municipal o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para efeitos de pagamento da NF/Fatura.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
 - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
8. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9. Habilitação Jurídica:

1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; ou
1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
1. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou
1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou
1. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil; ou
1. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou



1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz; ou
1. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
2. **Ato de autorização** para o exercício da atividade relacionada ao objeto acima descrito.
3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); **(para contratação com Pessoa Física)**

Habilitação relacionada a Pessoa Jurídica:

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



8. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

2. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
 1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itaberaba – Bahia, 15 de setembro de 2025

QUELE CRISTINA TANAN DOS SANTOS

Servidora responsável pela elaboração TR-CMI-BA

Matrícula n.º CMI/BA 13.267.024



ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº **CMI/BA 043/2025**

Dispensa de Licitação nº **031/2025**

Registro de Preço nº **013/2025**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025

Aos ____ (_____) dias do mês de _____ de dois mil e vinte e cinco, nas dependências da **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 13.267.315/0001-41, com sede na Praça J. J. Seabra n.º 373 – Centro - CEP: 46.880-000 – Itaberaba - Bahia, por intermédio do seu presidente, Sr. **GERSON ALMEIDA DE JESUS**, portador de cédula de identidade n.º 4918894 - SSP/BA e CPF n.º 528.039.885-34, residente e domiciliado à Avenida Duque de Caxias n.º 330 – Bairro São João – CEP 46.880-000 - Itaberaba – BA, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em face da classificação da proposta apresentada na Dispensa de Licitação n.º CMI/BA 031/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da Comissão de Contratação, designada por meio da Portaria n.º CMI/BA 019, de 22 de fevereiro de 2025, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa licitante e vencedora, com preços mais vantajosos, por lote, observadas as condições do Termo de Referência que rege o aludido processo de Dispensa de Licitação, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se segue:

Empresa Vencedora: _____, firma estabelecida no(a) _____, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ -

Representante da Empresa Vencedora: _____, _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, emitida pela _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) _____ no(a) _____

1 – OBJETO

LOTE I – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA



Câmara Municipal de Itaberaba

CGC 13.267.315/0001-41
ESTADO DA BAHIA

IT	ESPECIFICAÇÃO	UF	QT	V. UNIT	V. TOT
1	NOTEBOOK tela de 15'6, Processador: Intel Core i5-1235U 10 Cores / 12 Threads. Processador (Clock): 1.3GHz (4.4GHz Max Turbo). Sistema Operacional: Windows 11. Placa Gráfica: Placa de Vídeo Intel Iris Xe configurada como Intel UHD Graphics. Câmera: HD-720p com Privacidade. Memória: 8GB soldado DDR4-3200 3200MHz. Armazenamento: SSD 512GB. Bateria: 3 células 42Wh. Adaptador Ac: 65W. Áudio: Alto-falantes com certificação Dolby Áudio (2 x 1.5W). Portas De Entrada/Saída: 1x USB (3.2) Gen 1. 1x USB (2.0). 1x USB tipo C (3.2 Gen1). 1x Hdmi (1.4b). 1x Áudio (porta combo para headset/headphone). Leitor de Cartões 4 em 1 (SD, SDHC, SDXC, MMC). Wlan: WiFi 2x2 AC. Bluetooth 5.0- Garantia de 1 ano pelo fabricante.	2	UN		
2	NOTEBOOK tela de 15'6 Processador: Intel Celeron N4500 (2 núcleos, até 2.8 GHz). Memória RAM: 4GB DDR4 (soldada). Armazenamento: 128GB SSD eMMC. Tela: 15.6" LED HD (1366 x 768) antirreflexo. Sistema Operacional: Windows 11 Home. Placa de Vídeo: Integrada Intel UHD Graphics. Bateria: Até 8 horas de autonomia (varia conforme o uso). Conectividade: Wi-Fi 5 (802.11ac). Bluetooth 5.0. Portas e Entradas: 2x USB 3.2. 1x HDMI. 1x P2 (áudio/microfone) - Garantia de 1 ano pelo fabricante.	2	UN		
3	NOTEBOOK tela de 15'6 Processador: Intel Core i3-1215U 6 Cores / 8 Threads. Processador (Clock): 1.2GHz (4.4GHz Max Turbo). Sistema Operacional: Windows 11. Placa Gráfica: Intel UHD Graphics. Câmera: HD-720p com Privacidade. Memória: 4GB soldado DDR4-3200 3200MHz. Armazenamento: SSD 256GB. Bateria: 3 células 42Wh. Adaptador Ac: 65W. Áudio: Alto-falantes com certificação Dolby Áudio (2 x 1.5W). Conectividade: Portas De Entrada/Saída: 1x USB (3.2) Gen 1. 1x USB (2.0). 1x USB tipo C (3.2 Gen1). 1x Hdmi (1.4b). 1x Áudio (porta combo para headset/headphone). Leitor de Cartões 4 em 1 (SD, SDHC, SDXC, MMC). Wlan: - WiFi 2x2 AC. - Bluetooth 5.0- Garantia de 1 ano pelo fabricante.	1	UN		
4	TABLET com memória interna de 64GB, expansível por meio de cartão Micro SD de até	1	UN		



Câmara Municipal de Itaberaba

CGC 13.267.315/0001-41
ESTADO DA BAHIA

	1TB. Equipado com memória RAM de 4GB e processador Octa-core MediaTek Hélio G99, operando com sistema Android 13.0. Possui tela imersiva TFT de 8,7 polegadas, resolução WXGA+ (800x1370) e frequência de 60Hz. Dispõe de câmera traseira de 8MP, abertura f/2.0, com gravação em resolução Full HD (1920x1080) a 30fps, e câmera frontal de 2MP, abertura f/2.0. Conta com alto-falantes duplos estéreo. Conectividade Wi-Fi VHT80, Bluetooth e conexão USB-C 2.0. Inclui sistema de localização GPS. Bateria com capacidade de 5.100mAh e suporte a carregamento rápido de 15W. Aparelho dotado dos seguintes sensores: acelerômetro, giroscópio, geomagnético, Hall e luz RGB. Garantia de 1 ano pelo fabricante.				
TOTAL ESTIMADO DO LOTE I					

LOTE II – EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONDICIONAMENTO DE AR

IT	ESPECIFICAÇÃO	UF	QT	V. UNIT	V. TOT
4	PURIFICADOR DE ÁGUA Alimentação: 220v. Sistema refrigeração: Compressor. Capacidade do reservatório de água gelada: 2,3 litros de água. Temperatura da água: Natural e gelada. Vazão nominal L/h: 48l/h. Vazão mínima L/h: 30l/h. Troca de filtro: Recomendado a cada 6 meses ou 4mil litros de água. Consumo de Energia: 9,12kWh/mês. Recursos: Sistema de compressão, pingadeira limpa fácil, sete níveis de refrigeração e facilidade na higienização. Ligado na rede de água: Sim. Garantia de 1 ano pelo fabricante	1	UN		
6	VENTILADOR ; tipo de coluna; cor preta; turbo; oscilante; diâmetro mínimo de 60cm; mínimo de 03 (três) hélices; tensão: 220v – 135wt. Três níveis de velocidade	2	UN		
TOTAL ESTIMADO DO LOTE I					

A presente Ata do DISPENSA DE LICITAÇÃO nº CMI/BA 031/2025 tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no respectivo Termo de Referência, que passa a integrar esta Ata.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

3 – PREÇOS



Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do “Demonstrativo de Propostas Vencedora”, em anexo ao Processo de Dispensa de Licitação n.º 031/2025.

4 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

4.1 – As solicitações de fornecimento à contratada serão feitas por parte do Poder Legislativo Municipal, assinadas por seu presidente ou quem ele designar para tal atribuição.

4.2 – As entregas serão efetuadas no endereço onde está localizado o prédio do Poder Legislativo Municipal.

4.3 – Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) produto(s) desde que obedecidas as condições da Câmara Municipal de Itaberaba - Bahia, conforme previsão do Termo de Referência que precedeu a formalização dessa Ata.

4.4 – Os produtos rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato, deverão ser retirados nos seguintes prazos:

- a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e
- b) em até 24 horas após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

4.5 – A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

5 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não retirar Pedido de Compra, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

5.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a” a “e”, será formalizada em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



5.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

6- PENALIDADES

6.1. Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até 02 (dois) dias após a data do recebimento do empenho pelo licitante.

6.2. Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1 – Cabe ao representante do Poder Legislativo Municipal proceder à fiscalização rotineira do(s) material(is) recebido(s), quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações e horários de entrega.

7.2 – O Poder Legislativo Municipal, por meio do seu representante poderá recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue fora do horário preestabelecido.

7.3 – As irregularidades constatadas pela CONTRATANTE deverão ser comunicadas ao CONTRATADO, no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

8 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

8.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.2 – Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela CONTRATADA.

8.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao CONTRATANTE, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado



Câmara Municipal de Itaberaba

CGC 13.267.315/0001-41
ESTADO DA BAHIA

como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

9 – FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Itaberaba, Estado da Bahia.

10 – CÓPIAS

Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para o CONTRATADO;
- b) uma (1) para cada empresa registrada; e
- c) uma (1), em extrato, para publicação na Imprensa Oficial.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Órgão Gerenciador, e pelo representante da empresa classificada.

Nada mais a ser tratado, GERSON ALMEIDA DE JESUS, Presidente da CMI/BA, dou por encerrada a presente ata.

Itaberaba - Bahia, ____ de _____ de 2025.

GERSON ALMEIDA DE JESUS

Presidente da CMI/BA

Rep. da Empresa _____

Testemunha 01: _____

N.º DO CPF: _____

Testemunha 01: _____

N.º DO CPF: _____



ANEXO II MINUTA DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA – BA
Referência: Dispensa de Licitação nº 031/2025

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do(a) _____, telefone (____) _____ - _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, inscrito (a) no CPF nº _____ e RG nº _____,

DECLARA expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal